

O Brasil do após-guerra e a EAESP

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Intervenção no seminário “O Brasil de 1954 e o Brasil de hoje”, celebrando os 70 anos da Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 9 de novembro de 2024.

O Brasil, em 1954, ainda estava na era Vargas, que começara com a Revolução de 1930 e seria marcada pela sua transformação de um país agrário e com uma diminuta classe média em um país industrial que realizava aceleradamente sua revolução nacional. Em outubro, Vargas já morrera, mas a industrialização que ele desencadeara só terminaria com a grande crise da dívida externa dos anos 1980. O Brasil se transformara em um país moderno onde havia surgido uma grande classe de empresários, uma classe média atuante e uma população que, depois da transição democrática de 1985 e da implantação do sufrágio universal que garantia o direito de voto aos analfabetos, se tornara uma população de cidadãos.

Nos anos 1950, no extraordinário segundo governo de Vargas, sob orientação da assessoria especial do presidente dirigida por Rômulo de Almeida, foram criados o BNDES, a Petrobrás, a Hidrelétrica do São Francisco, e a Cacex, que seriam fundamentais para o desenvolvimento brasileiro que se seguiria. Vítima de um golpe de Estado, Getúlio se suicida, mas seu sucessor e eleito com seu apoio, Juscelino Kubitschek, realiza então outro bom governo, dando continuidade ao processo de industrialização acelerada.

Foi nesse quadro econômico e político que a EAESP foi fundada em outubro de 1954, dez anos depois que Getúlio Vargas e Luiz Simões Lopes criaram a Fundação Getúlio Vargas. Ela foi criada para dar apoio e continuidade à Reforma Burocrática de 1937, quando o Brasil começa a construir uma burocracia pública profissional ou weberiana. Logo ela também se torna uma espécie de agência do governo para reunir e organizar estatísticas econômicas, que serviriam às políticas desenvolvimentistas de Vargas, tendo como principal mentor dessa atividade Isaac Kerstenetzky. Já Eugenio Gudín, notável economista neoclássico e liberal, adversário do desenvolvimentismo então dominante, cuja dogmática econômica de caráter liberal daria origem à Escola Brasileira de Economia.

A criação da EAESP era o resultado do reconhecimento pela Fundação, pelo governo do Estado, pelo seu empresariado, e pelo governo dos Estados Unidos

do grande desenvolvimento industrial que ocorrera em São Paulo e da necessidade de formar administradores de empresas para darem apoio aos empresários industriais e, mais tarde, assumirem o comando das empresas.

Em 1958, com 24 anos, eu já tomara a decisão de me dedicar ao desenvolvimento econômico, embora houvesse me formado em Direito no ano anterior. Vi então, no anúncio do concurso para futuros professores da EAESP, a oportunidade de realizar minha vocação. Eu já era então um nacionalista econômico e um desenvolvimentista que via na industrialização o futuro do Brasil. Aproveitei essa oportunidade plenamente, tendo encontrado na Fundação um ambiente de liberdade acadêmica e ampla variedade de opiniões, que foram essenciais para a minha formação.

Naquela época, os jovens concursados deviam permanecer um ano na EAESP e, nesse período, devíamos escrever um paper em inglês para análise da missão americana de professores que aqui permaneceu por 10 anos. Em seguida, iam para os Estados Unidos fazer o MBA (Master in Business Administration) na Michigan State University. Meu paper chamou-se “The rise of middle class and middle management in Brazil” (1959), depois publicado em uma revista acadêmica americana. Ele refletia bem o que estava acontecendo no Brasil, a enorme transformação pela qual o país estava passando – sua Revolução Industrial ou Nacional.

A nova classe média

Como eu estava em uma escola de administração de empresas, meu interesse era pelos administradores. Por outro lado, naquela época eu já havia estudado um pouco Marx e estava interessado nas classes sociais, não na classe trabalhadora mas na classe média. Finalmente, depois de ter lido alguma coisa de Adolph Berle Jr., eu estava tb interessado na emergência dos gerentes ou, como eu diria nos meus ensaios dos anos 1970, no surgimento da tecnoburocracia como classe social. No ensaio do meu primeiro ano na EAESP, eu juntei essas ideias para compreender o que estava acontecendo no Brasil. Parecia-me então que entre as classes sociais, a classe média era a que estava experimentando maiores mudanças. E listava três tipos de mudança: rápido crescimento, progressiva integração de seus membros no processo produtivo e diversificação.

O crescimento era óbvio, mas eu o comprovava com uma série de números e informações.

Sobre a integração da classe média na produção, eu escrevi então que

o setor industrial exige um grande número de pessoas para servir como funcionários de nível médio. Além disso, as indústrias de serviços que se

desenvolvem com a industrialização e a formação de um mercado interno – comércio, bancos, transporte, serviços públicos, agências de publicidade, empresas imobiliárias, organizações fiscais e jurídicas, corretoras, profissões liberais – também oferecem oportunidades de emprego para a crescente classe média.

Finalmente, havia a diversificação da classe média. Sobre isto eu afirmei:

A terceira tendência observada na classe média é a da diversificação. A especialização e a divisão do trabalho são muito mais desenvolvidas em uma sociedade industrial do que em uma sociedade agrícola. Novas profissões, novos tipos de atividades aparecem, oferecendo oportunidades para a classe média (e para membros da classe baixa que desejam ‘ascender a posições de classe média’). Para uma corporação industrial moderna, por exemplo, um grande número de novos cargos de nível médio são criados. Esse grupo intermediário, e particularmente a gerência intermediária de assessoria e de linha está se desenvolvendo rapidamente no Brasil. Essa é provavelmente a parte mais representativa de uma nova classe média em uma sociedade industrial.

A gerência de nível médio

Estava, assim, surgindo a ‘nova classe média’, a classe média tecnoburocrática privada. Antes disso, o que tínhamos era uma pequena burocracia pública, que a reforma burocrática de Vargas estava procurando modernizar, e uma grande classe média pequeno-burguesa formada de proprietários de pequenas empresas, principalmente lojas comerciais. Agora era a gerência de nível médio (o ‘middle management’) que surgia.

A emergência dos altos gerentes – os administradores de topo, que a EAESP se dispunha a formar – demoraria ainda um algumas décadas para acontecer. Mas os formados na EAESP são hoje uma realidade no mundo das empresas brasileiras e multinacionais.

Sobre eles e os administradores de nível médio, eu dizia no meu ensaio de 1959:

Nesse período de transição – a primeira Revolução Industrial já quase concluída, mas ainda longe de um estágio maduro e afluyente – as empresas brasileiras sofrem uma grande falta de pessoal entre a alta administração e os trabalhadores assalariados. Há uma lacuna entre os níveis superior e inferior da empresa à medida que as empresas crescem. E hoje, elas estão crescendo mais do que nunca.

A sociedade brasileira estava, portanto, em transição; era uma sociedade na qual eu percebia que as fases do desenvolvimento capitalista se sobrepunham. Como eu dizia no mesmo ensaio:

Como a Revolução Industrial brasileira está ocorrendo cerca de um século depois que os países industrializados fizeram a sua, as fases históricas de desenvolvimento pelas quais o Brasil está passando (um período pré-industrial, um período capitalista manchesteriano e um período capitalista afluyente moderno) são frequentemente sobrepostas. Assim, dentro de uma mesma comunidade, dentro da mesma organização, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, estão presentes vestígios de um sistema semifeudal, pré-industrial, bem como características particulares do capitalismo manchesteriano, um capitalismo em agudo conflito com o capitalismo moderno, que surgiu no século XX após a segunda Revolução Industrial.

Hoje, a sociedade brasileira não é mais híbrida; é uma sociedade plenamente capitalista – capitalista subdesenvolvida, na qual existe ainda uma imensa pobreza, mas não se pode mais falar que seja uma sociedade dualista. A sociedade tradicional já desapareceu.

Os anos 1960

Permitam-me entrar um pouco nos anos 1960. Enquanto o mundo rico estava em pleno desenvolvimento – estava na Era de Ouro do capitalismo –, o Brasil estava em crise, que fora causada pelo excesso de gastos com a construção de Brasília. Temos então a renúncia de Jânio Quadros, o golpismo dos liberais e dos militares contra João Goulart e, finalmente, o golpe militar de 1964. Mas era uma crise muito curiosa que não impedia que a sociedade brasileira se movimentasse e se mantivesse cheia de vigor até dezembro de 1968.

No plano cultural, o mundo rico já vivia em transformação, em busca de uma nova forma de viver, que se expressava, nos anos 1950, nos beatniks, no surgimento do rock e no início da carreira de Bob Dylan e, nos anos 1960, na explosão representada pelos Beatles, no surgimento dos hippies e da contracultura.

No Brasil a movimentação cultural e política também foi forte nos anos 1950 e mais ainda nos anos 1960. Esta foi uma época de grandes esperanças – da aposta na independência nacional e no desenvolvimento econômico. Os anos 1950 foram o tempo da CEPAL (a Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas) e da Teoria Desenvolvimentista Clássica de Raúl Prebisch e Celso Furtado, foram o tempo dos intelectuais nacionalistas do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que viram a Revolução de 1930 como o início da Revolução Nacional Brasileira e legitimaram a figura de

Getúlio Vargas. Foi então que apostei minhas fichas no desenvolvimento brasileiro e defini como objetivo ser um sociólogo ou economista do desenvolvimento, tomando como referência Celso Furtado, Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos.

Já os anos 1960 foram marcados por uma grande evolução cultural. Essa foi a época dos grandes escritores e poetas – de Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto, de grandes cronistas – Rubem Braga, Otto Lara Rezende e Sergio Porto – o Stanislaw Ponte Preta. Foram os anos da Revolução Estudantil de 1968 no Brasil e no mundo. Que não seria o início de uma nova era, como os jovens revolucionários esperavam, mas o fim de uma bela época, que terminou em dezembro de 1968, quando o Ato Institucional 5 reforçou a ditadura militar.

Mestrado Profissional

Nos anos 1960 eu ajudei a criar, e coordenei por dez anos, o CPG – o Curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas – um curso extremamente bem-sucedido. Em 1965 nós o transformamos em um Mestrado em Administração de Empresas. Um mestrado profissional como são todos os MBAs nos Estados Unidos e no resto do mundo. Foi o primeiro mestrado criado no Brasil no quadro das ciências sociais e econômicas. Em 1968, a turma diurna do CPG-Mestrado passou a ser de tempo integral. Enquanto o Mestrado noturno durava pelo menos três anos, o diurno, a metade disso. E contávamos com um número suficiente de alunos, embora eles não tivessem bolsas.

Em 1970, porém, a EAESP, que se caracterizava pelo rompimento dos padrões de ensino universitário vigentes no Brasil, deu um passo para trás. Nesse ano, a CAPES passou a coordenar os cursos de pós-graduação que estavam surgindo, e, a partir de uma política que pode fazer sentido para as ciências exatas, mas é absurda para a administração de empresas e a administração pública, passou a não reconhecer os mestrados profissionais. Foi um grande erro da CAPES ao qual a EAESP se submeteu sem crítica. Em 1972, acabou com o CPG-Mestrado e criou o mestrado e doutorado acadêmico. Só muitos anos depois, a CAPES passou a admitir os mestrados profissionais, mas até hoje a EAESP não tem um mestrado profissional semelhante aos MBAs que hoje existem em todo o mundo rico.

Em 1970, eu ajudei a criar o Departamento de Economia da EAESP, e nos anos seguintes desenvolvemos um mestrado e doutorado em economia muito diferente daquele que existia na EPGE, no Rio de Janeiro. Construimos um programa relativamente heterodoxo que seguia um princípio básico: a microeconomia era neoclássica, a macroeconomia, keynesiana, e a teoria do

desenvolvimento e a economia brasileira, desenvolvimentistas. Com essa política, a EAESP rejeitava a ortodoxia neoclássica, absurdamente abstrata, e oferecia para seus alunos uma perspectiva da economia mais realista – mais adequada para nossos alunos que iriam ser os gestores de grandes empresas.

Elites contraditórias

Mas voltemos ao plano político e cultural. Nos anos 1970, a EAESP – seus professores e alunos – não queria que a bela época dos anos 1950 e 1960 terminasse. Entre nós, os anos 1970 ainda foram anos cheios de esperanças e planos, principalmente para os alunos que criticavam o regime militar. Tanto assim que, em março de 1980, a prestigiosa revista *Senhor* publicou uma grande reportagem de capa sobre a EAESP que era acompanhada por meu artigo, “A formação contraditória das classes dominantes”. E nele eu dizia:

Uma escola de administração ensina técnicas e ideologias. A ideologia capitalista, geralmente disfarçada por eufemismos como “a filosofia da administração”, ideologia baseada no lucro, na ‘livre empresa’ e no empresário-herói, está sempre muito presente. Da mesma forma que está presente a ideologia tecnoburocrática, baseada no administrador profissional, na expansão das organizações burocráticas, e no princípio da eficiência. Na EAESP estas posições estão sendo permanentemente criticadas por um número expressivo de alunos e professores com posições políticas progressistas ou claramente socialistas, cuja influência é sentida positivamente. Mas as ideias contestatárias acabam sofrendo um processo de cooptação pelo sistema e acabam por fornecer aos futuros dirigentes um conhecimento melhor das críticas ao capitalismo e à burocracia, que lhes permite uma defesa mais efetiva dos seus interesses de classe.

Era assim a EAESP nos seus primeiros anos. Uma escola maravilhosa. Que enfrentou e enfrenta muitos desafios, mas sempre encontra uma boa solução para eles. Eu termino esta breve intervenção com a frase com a qual terminei meu ensaio de 1980.

A história da GV de São Paulo tem sido a tentativa de responder a esses desafios em liberdade. Ela é o produto do desenvolvimento vertiginoso e desigual do Brasil, ela reflete as contradições do subdesenvolvimento industrializado, ela forma as classes dominantes deste país, deixando-lhes às vezes um sentimento de culpa ao mesmo tempo que lhes fornece os instrumentos para uma intervenção efetiva sobre o mundo que nos cerca.

O desenvolvimento vertiginoso do Brasil acabou há muito tempo, mas a EAESP, seus professores e alunos, estão sempre na luta por um Brasil melhor.

Muito obrigado.